

■ CAPÍTULO 8 ■

BERTRAND RUSSELL

Neste capítulo estudaremos algumas das principais noções epistemológicas defendidas por Russell, tais como: a distinção entre conhecimento por familiaridade e por descrição, construções lógicas em oposição a entidades inferidas, o problema do conhecimento do mundo exterior e de outras mentes, e o conhecimento de universais e de particulares.

8 BERTRAND RUSSELL



Russell foi um pensador peculiar na filosofia e diversas de suas idéias tiveram grande influência nessa área, apesar de ter ele mudado sua posição filosófica a respeito de muitos assuntos. Sua obra é imensa e abrange muitos tópicos de interesse filosófico, nos domínios da ética, metafísica, lógica, filosofia da ciência e teoria do conhecimento, filosofia da mente, entre outros. Ele é um dos pais da lógica moderna, juntamente com Gottlob Frege (1848–1925). Sua obra mais importante nesta área foram os *Principia mathematica* (3 volumes, de 1910 a 1913), que ele publicou junto com Alfred N. Whitehead (1861–1947). Russell era afilhado de John Stuart Mill, de quem seu pai, John Russell, era amigo.

Já comentamos algumas de suas idéias, particularmente, sua concepção correspondencial da verdade, no capítulo 3, e sua distinção entre conhecimento por familiaridade e por descrição, no capítulo 2. Comentamos também, no capítulo anterior, que Russell influenciou Carnap e os positivistas lógicos do Círculo de Viena em geral. Apesar disso, sua teoria do conhecimento – ou talvez devêssemos dizer, mais apropriadamente, suas teorias do conhecimento – é muito diferente daquela de Carnap. De fato, ao longo de sua longa carreira filosófica, Russell elabora diferentes teorias do conhecimento, mas ele mantém em todas elas um grupo de problemas e de concepções mais gerais.

Russell é também um pensador peculiar na epistemologia porque endossa ao mesmo tempo posições de Descartes e da tradição

racionalista e posições dos empiristas, particularmente, de Hume. Além disso, ele não dissocia, assim como Descartes o fez, mas contrariamente ao que sustentava Hume, os problemas epistemológicos dos problemas metafísicos. Em grande medida, suas teorias do conhecimento procuraram dar apoio a suas concepções metafísicas, e vice-versa.

Assim, embora Russell tenha possuído um perfil menos contemporâneo como filósofo, no que diz respeito aos conteúdos que ele discute em seus textos, sua postura filosófica é de caráter eminentemente contemporâneo. Assim como aquelas de Wittgenstein, suas idéias estão na origem do movimento denominado *filosofia analítica*. Além disso, embora suas concepções epistemológicas fossem, na verdade, mais antiquadas, sua intuição filosófica o fez antecipar discussões que depois se tornaram típicas da epistemologia praticada atualmente. Por exemplo, em seu livro *Os problemas da filosofia* (1913), ele antecipa a discussão que, nos anos 1960 tornou célebre outro autor, Edmund Gettier, cujo argumento vamos comentar no próximo capítulo.

Neste capítulo, vamos analisar com algum detalhe e comentar algumas daquelas idéias epistemológicas de Russell que não só estão presentes em quase todos os seus textos epistemológicos, mas que também se tornaram balizas comuns do trabalho nesta disciplina.

Esta escola se tornou, na verdade, uma das grandes tradições filosóficas do século XX, diversificando-se enormemente. Outros grandes autores comentados neste livro também estão ligados a ela, como Carnap, que vimos no capítulo anterior, e Quine, cujas idéias serão comentadas no próximo capítulo. Um outro autor importante já mencionado e que também está ligado a esta tradição é Gilbert Ryle.

8.1 FAMILIARIDADE E DESCRIÇÃO

A primeira dessas noções é a distinção já brevemente comentada entre conhecimento por familiaridade e conhecimento por descrição. Mas esta distinção envolve outras, e aponta para outras discussões e concepções de Russell.

Nas línguas neolatinas, como o português, o espanhol e o francês, podemos fazer uma distinção terminológica que é relevante para a teoria do conhecimento. Trata-se da diferença de significado entre os verbos ‘saber’ e ‘conhecer’. Se um de nós diz, por exemplo: “**conheço** o nordeste brasileiro”, não poderia, na mesma frase, substituir o verbo ‘conhecer’ pelo verbo ‘saber’, e então dizer o seguinte: “eu **sei** o nordeste brasileiro”. Em contrapartida, se a pessoa diz: “**sei** que vai chover”, não poderia, fazendo a substituição contrária dos verbos, dizer: “eu **conheço** que vai chover”.

O falante da língua portuguesa tem claro que o uso dos dois verbos, nestas diferentes situações, depende de diferentes significados, assim como, em outras, sabemos quando utilizar os verbos ‘**ser**’ ou ‘**estar**’. Em outras línguas, como o inglês, não há esta última distinção verbal, nem aquela entre ‘**conhecer**’ e ‘**saber**’. O falante do inglês utiliza sempre o mesmo verbo ‘**to know**’, mas é claro que conceitualmente é possível fazer a distinção também. E foi esta distinção, que em português já está incorporada no próprio vocabulário, que Russell explorou, procurando marcar a diferença entre duas formas de conhecimento:

1. *Conhecimento de verdades* – como em: ‘sabemos que a terra é redonda’; e
2. *Conhecimento de coisas* – como em: ‘conhecemos a cidade de Salvador’.

Esta distinção é utilizada por Russell para explicar aquela entre *conhecimento por familiaridade* e *conhecimento por descrição*. O *conhecimento por familiaridade* é o conhecimento direto das coisas. Por exemplo, quem diz que conhece a cidade de Salvador, no estado da Bahia, está querendo dizer que esteve lá, que observou com seus próprios sentidos diferentes partes da cidade etc. E isso pode também servir de base para que essa pessoa também afirme que *sabe que* a cidade de Salvador existe, pois, afinal, ela esteve lá.

Entretanto, podemos também *saber que* a cidade de Salvador existe sem ter estado lá. Uma outra pessoa que não esteve em Salvador, mas que ouviu o relato da primeira, que lá esteve, e que confia que esse testemunho é verídico, também pode dizer que *sabe que* Salvador existe, que *sabe que* ela é a capital do estado da Bahia etc. Mas, não tendo estado lá, essa pessoa, por sua vez, não poderá dizer – como a outra pode – que *conhece* Salvador. O conhecimento que está fundamentado não na *familiaridade* ou contado direto com as coisas, mas no testemunho de terceiros, é o que Russell denominou *conhecimento por descrição*.

O conhecimento das coisas por familiaridade é mais simples que o conhecimento por descrição, e é independente do conhecimento de verdades. Uma pessoa que vai a Salvador não precisa *saber que* Salvador existe para conhecer a cidade diretamente. Por

exemplo, ela pode ter chegado ali por acaso, viajando sem rumo, sem nem mesmo suspeitar da existência daquela cidade. É claro que, por outro lado, se a pessoa já sabe que Salvador existe, mas não inferiu isso de seus dados dos sentidos, mas do testemunho de outras pessoas, ela pode também planejar fazer a viagem, e também conhecer Salvador diretamente. Mas fica claro, de qualquer forma, que podemos chegar a conhecer alguma coisa por familiaridade – e fazer uma descoberta inesperada, por exemplo – sem saber previamente, *por descrição*, que aquela coisa existe.

O conhecimento por descrição é um tipo indireto de conhecimento, que, por sua vez, pode estar baseado em outros testemunhos ou no conhecimento direto ou por familiaridade de outras pessoas. Assim, em última instância, ou temos conhecimento por familiaridade das coisas, ou os relatos e testemunhos que nos dão algum conhecimento por descrição têm de ser inferidos do conhecimento direto que outras pessoas possuem. Desta forma, a conclusão de Russell é que todo nosso conhecimento repousa, em última instância, no conhecimento por familiaridade.

Contudo, Russell entende por conhecimento por familiaridade, mais precisamente, um tipo de acesso direto, e, portanto, aquele estado mental no qual estamos cientes (ou conscientes) de alguma coisa. Isso quer dizer que, por exemplo, no caso de coisas materiais, não é delas propriamente que temos conhecimento direto, mas de nossos dados dos sentidos. E, a partir desse conhecimento direto, podemos inferir a existência de corpos materiais. Há, obviamente, aqui uma semelhança com aquela distinção de Kant entre fenômeno e coisa-em-si, que vimos no capítulo 6. Os dados dos sentidos, por assim dizer, “testemunham” em favor da existência dos objetos físicos.

Para Russell, também podemos, por introspecção, ter familiaridade com nossos pensamentos, desejos, sentimentos etc. Ou seja, temos aqui aqueles eventos mentais ligados ao que se denomina **autoconsciência**. Isso conduz Russell ao mesmo problema levantado por Descartes e também discutido pela tradição filosófica a partir dele, inclusive pelos empiristas, isto é, se por introspecção também poderíamos ter conhecimento direto do **eu** enquanto uma **substância mental**, tal como Descartes sustentou que era possível,

o que foi negado pelos empiristas, em particular, por Hume. Neste ponto, Russell tende a concordar com Hume, e a se afastar da posição de Descartes. Vimos, no capítulo 6, que esta foi também a posição sustentada por Kant, isto é, a introspecção e a autoconsciência não nos permitem – no plano metafísico – sustentar que temos conhecimento direto do eu como substância.

Por fim, Russell também sustenta que é possível termos conhecimento por familiaridade de *universais*, isto é, daquilo que teriam em comum todas as coisas brancas (a brancura), aquilo que teriam em comum todas as boas ações (a bondade) etc. Russell acrescenta que os universais não são nossos pensamentos, embora eles sejam conhecidos quando pensamos neles, isto é, eles são objetos de nossos pensamentos. Isso lhes confere um tipo de existência diferente daquela dos objetos físicos, que existem no espaço e no tempo. Ao contrário, diz Russell, os universais *subsistem* ou apenas *possuem um ser*. Em suma, os universais são conceitos. Isso acarreta certos problemas complicados, que examinaremos a seguir, como o dos enunciados existenciais negativos.

Além do conhecimento por familiaridade, Russell analisa também o conhecimento por descrição, e elabora sua teoria das *descrições definidas*, que foi um dos pontos de sua filosofia que o celebrizaram. A solução para o caso dos enunciados existenciais negativos é possível graças a essa teoria, como veremos depois.

8.2 CONSTRUÇÕES LÓGICAS

Se o pressuposto básico de Russell é que o fundamento último de nosso conhecimento são os dados dos sentidos, coloca-se então para ele, como comentamos anteriormente, o problema da existência do mundo exterior, em particular, da existência, em primeiro lugar, dos corpos materiais e, em seguida, da existência de outras mentes. Assim como para Descartes, como vimos no capítulo 4, Russell é levado a essa problemática em virtude de sua opção por um ponto de vista solipsista.

Vamos discutir sua solução para os casos dos objetos físicos e das outras mentes, que está fundamentada em sua noção de **construção lógica**, que é um aspecto mais geral de sua filosofia, estando

relacionado com a base da lógica moderna defendida por ele, inclusive sua *teoria dos tipos*. Esta é uma das idéias de Russell que influenciaram os positivistas lógicos, como Carnap, que fundamentou nela sua *construção lógica do mundo*, como vimos no capítulo anterior.

Russell expressa sua idéia fundamental para resolver o problema de nosso conhecimento do mundo exterior em uma de suas famosas máximas:

“Onde for possível, construções lógicas devem ser postas no lugar de entidades inferidas.”

Se compararmos aquela discussão de Kant sobre as coisas-em-si, e as dificuldades insuperáveis, segundo ele, para podermos conhecê-las, com a análise da construção lógica do mundo feita por Carnap que, ao contrário, acomoda aparentemente de uma forma fácil todos os conceitos em um único sistema do conhecimento humano unificado, então podemos compreender a grande vantagem que esta estratégia proposta por Russell pode ter. Ou seja, as construções lógicas são epistemologicamente superiores às entidades inferidas, uma vez que elas permitem lidar muito mais facilmente com o conhecimento humano.

Entretanto, trocar as entidades inferidas por construções lógicas acarreta, por sua vez, determinados outros problemas epistemológicos, com os quais Russell tem então de lidar. Se tanto os objetos físicos, quanto as outras mentes, são “reduzidos” aos dados dos sentidos (porque foram a partir deles construídos, como vimos no sistema de Carnap), então como podemos distinguir ficção de realidade? Não bastaria construir um sistema coerente qualquer que seja?

Assim como Descartes, Russell acha que, estritamente falando, não pode haver ilusões dos sentidos, isto é, que não podemos estar conscientes de algo e isso não ser o caso para nós enquanto nossa percepção. Mas, como o próprio Descartes já tinha comentado, também nos sonhos temos percepções irrecusáveis neste sentido. A solução dada por Russell não seria aceitável para Descartes, e consiste em dizer que distinguimos os sonhos, as alucinações, e quaisquer ficções deste tipo, da vigília ou da realidade porque, nesta última, há uma uniformidade, estabilidade, continuidade e conexão entre os objetos que, nos sonhos, por exemplo, não existem.

A teoria dos tipos lógicos, de Russell, é a base da lógica desenvolvida na obra Principia mathematica. Esta teoria permite também resolver o paradoxo do mentiroso, que comentamos no capítulo 3, assim como outros paradoxos, como o paradoxo das classes, ou paradoxo de Russell. Sua idéia básica é que há uma hierarquia de tipos lógicos, começando com indivíduos, depois classes de indivíduos, então classes de classes de indivíduos, e assim por diante, o que impede todo tipo de auto-referência.

Ora, a solução não é aceitável porque, em última instância, ela pressupõe que o mundo real possui tais características: uniformidade, estabilidade etc. Por isso mesmo Descartes optou diretamente por um tipo de realismo metafísico, como vimos, e Kant, ao examinar a mesma problemática, optou pelo idealismo transcendental. A solução de Russell parece, contudo, menos problemática quando examinamos seu argumento – semelhante ao de Kant – segundo o qual os objetos físicos e as outras mentes são a melhor forma de interpretar a origem dos nossos dados dos sentidos, e que, afinal, não temos boas razões para duvidar da existência de corpos materiais e de outras mentes.

8.3 CORPOS MATERIAIS E OUTRAS MENTES

De acordo com o que dissemos no tópico anterior, a solução para a primeira parte do problema da realidade do mundo exterior se mostra imediatamente. Por um lado, os dados dos sentidos são, para Russell, uma base suficiente para termos os objetos físicos como construções lógicas. Em contrapartida, os objetos físicos fora de nós, por sua vez, seriam as causas dos dados dos sentidos que temos. Neste aspecto, Russell se aproxima não apenas de Kant, mas também dos empiristas britânicos.

Entretanto, a partir da aquisição de um domínio de objetos físicos, o problema da existência de outras mentes se coloca. Alguns dos objetos físicos – a saber, os corpos de possíveis outras pessoas – apresentam um comportamento peculiar e diferente daquele da maioria, digamos, das coisas materiais. Do ponto de vista do sujeito que considera a questão, o comportamento de determinados corpos sugere que associados a eles estariam também dados dos sentidos que, pelo relato que eles fazem, seriam para eles semelhantes àqueles que o próprio sujeito possui. Ou seja, o sujeito faz uma analogia entre seu próprio comportamento e aquele de outros corpos, e levanta a hipótese de que há então outras mentes e outras pessoas.

Suponhamos que um de nós dê uma martelada no dedo e sinta a dor correspondente. Estes são seus dados dos sentidos que são, enquanto tal, irrecusáveis. Suponhamos agora que esta pessoa observe uma terceira, que também dá uma martelada no dedo e ex-

pressa também – aparentemente – a mesma experiência de dor. A analogia é, obviamente, sugestiva. Mas devemos perceber que ela é uma analogia que já depende de outra.

Podemos construir logicamente outras mentes a partir de um primeiro tipo de construção lógica, que são os corpos materiais. O que dá base para esta segunda etapa da construção lógica do mundo é que fazemos uma analogia entre nossos dados dos sentidos enquanto correlacionados com ocorrências em nossos próprios corpos (que já são uma construção lógica) e os dados dos sentidos enquanto correlacionados com ocorrências nos corpos de outras pessoas (cujos corpos também já são uma construção lógica).

Essa solução para o caso das outras mentes era extremamente vantajosa do ponto de vista de Russell, uma vez que, com base nela, podemos fundamentar o testemunho das outras pessoas e, assim, ampliar enormemente nossa fonte de informação e de conhecimento do mundo, ou seja, fundamentar aquele tipo de conhecimento que Russell denominou *conhecimento por descrição*. Depois de termos os objetos físicos e as outras mentes, o conhecimento por descrição pode se tornar uma fonte confiável de conhecimento comparável ao conhecimento por familiaridade.

É claro que aqui ainda podemos suspeitar da validade dessas soluções que Russell propõe para o conhecimento do mundo exterior, pois aceitar o testemunho de outras mentes poderia ser tomado como um caso de aceitar o testemunho de uma personagem de ficção ou de uma pessoa com quem sonhamos, e que nos garante que aquilo não é um sonho. Mas, em última instância, Russell não está em situação pior do que a de outros filósofos.

Se o compararmos com Descartes e Kant, como já fizemos, para evitar o realismo de Descartes e, ao mesmo tempo, o idealismo transcendental de Kant, Russell paga o mesmo preço para sustentar sua doutrina das construções lógicas. Ela não depende de pressupostos diretamente metafísicos ou psicológicos, como nos outros casos, mas depende de uma concepção da linguagem humana e de determinadas noções lógicas que a pressupõem. E essa opção, por se basear numa análise lógica da linguagem, é uma evidência da contemporaneidade do pensamento de Russell, apesar de partir

ele de questões epistemológicas e metafísicas aparentemente muito próximas àquelas dos pensadores da época moderna.

Além disso, Russell não poderia optar por uma saída coerentista – um dos tipos de epistemologia contemporânea que comentaremos no próximo capítulo – pois esta posição se baseia em uma teoria também coerentista da verdade e, como vimos no capítulo 3, Russell é um crítico dessa teoria e um defensor da teoria da verdade como correspondência. E sua teoria da correspondência está fundamentada diretamente numa concepção de linguagem, embora, em última instância, também em uma metafísica.

8.4 UNIVERSAIS E EXISTENCIAIS

Uma das características da virada lingüística dos filósofos analíticos a partir de Russell e Wittgenstein, assim como do colega de Russell em Cambridge, na Inglaterra, *G. E. Moore*, é tomar as proposições como objeto de análise, e não estados mentais ou psicológicos, embora algumas dessas proposições sejam descrições de tais estados mentais e veiculem o conhecimento direto que o sujeito tem através deles.

G. E. Moore (1873–1958) junto com Frege, Russell e Wittgenstein, é um dos fundadores da filosofia analítica.

O problema do conhecimento de universais, dos quais, segundo Russell, como vimos anteriormente, temos conhecimento também por familiaridade, acarreta problemas metafísicos – o já mencionado caso dos existenciais negativos – que podem ser solucionados por meio de uma análise das proposições em geral e, em particular, de uma análise das proposições gerais (universais e existenciais), aquelas que, na linguagem formalizada da lógica moderna, se iniciam com os quantificadores ‘**todo**’, ‘**nenhum**’ e ‘**algum**’.

Esta análise está também associada à **teoria das descrições definidas**, de Russell, segundo a qual as descrições podem ser ambíguas (como quando dizemos: “um homem”) ou definidas (como quando dizemos: “o homem de chapéu de palha”). Vejamos como isso poderia solucionar o problema dos enunciados existenciais negativos, como:

1. “Papai Noel não existe”, e:
2. “Não existem unicórnios”.

Em primeiro lugar, devemos nos dar conta de que esse problema se coloca porque, de início, Russell achava que qualquer objeto de pensamento ou *termo*, que é objeto de uma proposição, tem de possuir algum tipo de ser. Como vimos antes, os termos universais (como ‘brancura’ e ‘bondade’) são também objeto de conhecimento por familiaridade, segundo Russell. Isso se aplica também aos objetos matemáticos (como números e figuras geométricas) e, claro, às figuras mitológicas ou de ficção (como Papai Noel e unicórnios).

Se tais objetos não tivessem algum tipo de ser, não poderíamos fazer enunciados sobre eles, pensava Russell. O problema ocorre com as duas proposições (1) e (2) indicadas exatamente porque elas estão negando que algo existe. E, logo, parece que nos vemos em uma espécie de contradição. Isso se liga ao tema das descrições definidas porque teríamos um problema similar com expressões como:

3. “a rainha da Inglaterra”, e:
4. “o atual rei da França”.

A proposição (3) se aplica a uma pessoa real (a rainha Elizabeth II), mas a proposição (4) não se refere a uma pessoa real, e, logo, como poderia ser considerada significativa, assim como aquelas proposições existenciais negativas, como (1) e (2) que vimos.

Em um de seus mais famosos textos, “*Da denotação*”, Russell elabora a teoria que pode resolver esse problema. Para tanto, é preciso, em primeiro lugar, distinguir entre a forma gramatical de uma sentença (que pertence a uma língua: o português ou o inglês etc.) e a forma lógica da proposição (ou o pensamento que é expresso pela sentença). Neste caso, é preciso tomar com rigor aquela distinção comentada no capítulo 3, entre sentenças, enunciados e proposições. A proposição é o pensamento que diferentes sentenças consideradas sinônimas expressam.

A linguagem formalizada da lógica moderna é o que permite revelar a forma lógica da proposição, e é preciso então traduzir para tal linguagem as sentenças das línguas naturais que empregamos em nossas descrições. As expressões são genuinamente predicativas apenas se sua forma gramatical coincide com sua forma lógica. Tomemos, por exemplo, a expressão ambígua ‘um homem’

que aparece no seguinte enunciado: **“encontrei um homem”**. É óbvio que quem diz isso não encontrou *um homem qualquer*, pois isso não existe, mas *determinado homem* ou *ser humano do sexo masculino*. Ora, segundo a análise proposta por Russell, o que a expressão realmente quer dizer é algo como:

“(a frase) ‘encontrei x, e x é humano’ não é sempre falsa”.

Da mesma forma, sentenças universais como ‘Todo homem é mortal’ também podem ser traduzidas, e sua forma lógica, de fato, seria a seguinte:

“(a sentença) ‘se x é humano, x é mortal’ é sempre verdadeira”.

Notemos que, nesses dois casos, temos uma sentença maior (entre aspas duplas e escrita em negrito) que comenta uma sentença menor (entre aspas simples). Ou seja, o que temos afinal é que há uma sentença da metalinguagem que fala de uma sentença da linguagem-objeto (aquela distinção assim nomeada por Tarski, que vimos no capítulo 3).

Como resolvemos então com isso o problema dos existenciais negativos? Começemos pelo caso de ‘Papai Noel não existe’. A idéia de Russell é que, de fato, os nomes próprios são apenas descrições definidas, e que, portanto, quando empregamos a expressão ‘Papai Noel’, estamos apenas resumindo a seguinte descrição: o velhinho gordo, vestido de vermelho, que mora no pólo norte e traz presentes no Natal, etc. Deste modo, o que a sentença ‘Papai Noel não existe’ quer dizer é apenas que não há uma pessoa real que corresponde a tal descrição, ou seja:

“(a sentença) ‘Papai Noel existe’ é sempre falsa”.

Desta forma, não há mais o problema de, aparentemente, estarmos alegando a existência contraditória de objetos que não são reais.

Uma solução semelhante é possível para o caso de ‘não existem unicórnios’. Pelo termo ‘unicórnio’ compreendemos a seguinte descrição: um cavalo que possui um chifre no meio da testa. E o que aquela sentença quer dizer, sustenta Russell, é que para todo objeto x, ou x é um cavalo, ou x tem um chifre no meio da testa. Ou seja, que estas duas classes (cavalos, de um lado, e coisas que

possuem um chifre no meio da testa, de outro) se excluem mutuamente. Da mesma forma que nos outros casos, temos:

“(a sentença) ‘x é um cavalo e x é uma coisa com um chifre no meio da testa’ é sempre falsa”.

E, do mesmo modo, as sentenças (3) e (4), respectivamente, sobre a rainha da Inglaterra e o atual rei da França, também podem ser traduzidas, ter sua forma lógica revelada, e nos levar a evitar quaisquer contradições.

LEITURA RECOMENDADA

Além dos capítulos sobre Russell nas boas histórias da filosofia, é recomendável que sejam lidos os seguintes textos do próprio autor.

RUSSELL, B. *Análise da matéria* (Coleção Os Pensadores, vol. Russell). São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Caps. XVI a XXI.)

RUSSELL, B. “Da denotação”. In:_____. *Lógica e conhecimento: ensaios escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1989. v. Russell (Coleção Os Pensadores).

RUSSELL, B. “Da natureza da familiaridade”. In:_____. *Lógica e conhecimento: ensaios escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1989. v. Russell (Coleção Os Pensadores).

RUSSELL, B. *Ensaios filosóficos*. São Paulo: Nova Cultural, 1989. v. Russell, cap. VI e VII (Coleção Os Pensadores).

RUSSELL, B. *Os problemas da filosofia*. Coimbra: Almedina, 2001.

REFLITA SOBRE

- A diferença de significado dos verbos ‘saber’ e ‘conhecer’.
- As noções de *conhecimento de verdades* e *conhecimento de coisas*, de Russell.
- A distinção de Russell entre *conhecimento por familiaridade* e *conhecimento por descrição*.
- As coisas das quais, segundo Russell, temos conhecimento

por familiaridade.

- A máxima de Russell: Onde for possível, construções lógicas devem ser postas no lugar de entidades inferidas.
- Por que, segundo Russell, não pode haver *ilusões dos sentidos*.
- A solução dada por Russell para o problema da existência dos corpos materiais.
- A solução dada por Russell para o problema da existência das outras mentes.
- A solução dada por Russell para o problema dos existenciais negativos.
- As sentenças ‘Papai Noel não existe’ e ‘Não existem unicórnios’, e pense em uma expressão traduzida que resolve o problema relativo às seguintes sentenças: ‘A rainha da Inglaterra é inglesa’ e ‘O atual rei da França é calvo’.